

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE LINHARES/ES**

**GAB08/Johnatan Maravilha**

**PROJETO DE LEI INDICATIVO Nº: \_\_\_\_/2026.**

**JOHNATAN DEPOLLO “MARAVILHA”,** autoridade membro do Poder Legislativo no Município de Linhares/ES, vem respeitosamente perante Vossa *honrosa* presença, apresentar a seguinte Proposição à ser executada pela Casa:

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O  
“PROGRAMA MEU CARTÃO UNIFORME E MATERIAL  
ESCOLAR” PARA ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA  
MUNICIPAL DE ENSINO DE LINHARES/ES, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*Com fulcro* no Art. 125, inciso I do Regimento Interno, movida por extrema necessidade social.



## PROJETO DE LEI INDICATIVO Nº \_\_\_\_/2026

### **AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O “PROGRAMA MEU CARTÃO UNIFORME E MATERIAL ESCOLAR” PARA ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE LINHARES/ES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a criar Programa "Meu Cartão Material e Uniforme Escolar", destinado à transferência direta de recursos financeiros para aquisição de uniformes e materiais escolares, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para cada aluno regularmente matriculado na rede municipal de ensino, com o objetivo de atender às necessidades dos estudantes da rede pública municipal de ensino infantil e fundamental de Linhares, Estado do Espírito Santo.

**Art. 2º** O benefício previsto no artigo anterior será concedido na forma de auxílio financeiro, a ser utilizado pelo responsável legal do estudante para a aquisição de uniformes e materiais escolares, conforme lista de itens especificados pela Secretaria da Educação do Município de Linhares/ES.

§ 1º O uso do auxílio financeiro será restrito aos itens constantes da lista oficial e deverá ser realizado exclusivamente em estabelecimentos comerciais previamente credenciados no Município de Linhares/ES, de acordo com as necessidades de cada nível de ensino, sendo vedada qualquer outra destinação dos recursos.

§ 2º A concessão do auxílio financeiro será realizada por meio de cartão magnético ou outra tecnologia similar, que funcione exclusivamente como débito, garantindo que os recursos sejam utilizados conforme o disposto nesta Lei.

**Art. 3º** O descumprimento das regras do programa por parte dos estabelecimentos credenciados ou dos beneficiários implicará na aplicação de sanções, observado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

**I** - O estabelecimento comercial credenciado que violar as normas do programa estará sujeito à suspensão do credenciamento por até 2 (dois) anos, sem prejuízo de outras sanções civis e penais cabíveis.

**II** - O beneficiário que infringir as normas do programa será excluído do benefício imediatamente e estará impedido de utilizá-lo nos 2 (dois) anos subsequentes, sem prejuízo de outras sanções civis e penais cabíveis, observado o contraditório e ampla defesa na forma da Lei.





**Art. 4º** O Poder Executivo poderá firmar parcerias e celebrar contratos com entidades públicas e privadas para prover os recursos tecnológicos necessários à operacionalização do programa.

**Art. 5º** Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente lei em todos os aspectos que se fizerem necessários à sua efetiva aplicação.

**Art. 6º** Terão direito ao benefício instituído por esta Lei os estudantes devidamente matriculados na rede pública municipal de ensino infantil e fundamental.

**Art. 7º** O benefício instituído por esta Lei será concedido anualmente, preferencialmente antes do início do ano letivo, podendo sua continuidade ser revista a cada exercício, conforme disponibilidade orçamentária.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo deverá instituir mecanismos de monitoramento, fiscalização e prestação de contas do uso dos recursos, com publicação de relatórios anuais de execução do programa no Portal da Transparência do Município.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Linhares/ES, 03 de fevereiro de 2026

Johnatan Maravilha  
**Vereador – REPUBLICANOS**





## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Indicativo tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a instituir o “Programa Meu Cartão Uniforme e Material Escolar”, destinado à transferência direta de recursos financeiros às famílias dos estudantes da rede pública municipal de ensino, para aquisição de uniformes e materiais escolares em estabelecimentos comerciais previamente credenciados no Município de Linhares/ES.

A proposta nasce da necessidade de aprimorar as políticas públicas educacionais, garantindo maior dignidade aos estudantes da rede municipal, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento econômico local e a racionalização dos gastos públicos. Ao permitir que os responsáveis legais adquiram diretamente os materiais e uniformes escolares, o Município assegura que os alunos iniciem o ano letivo com os insumos necessários, respeitando suas reais necessidades e especificidades de cada etapa de ensino.

Sob o aspecto econômico, o programa apresenta relevante impacto positivo no fortalecimento do comércio local. Ao restringir a utilização do benefício a estabelecimentos credenciados no próprio Município, a iniciativa estimula microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, fomentando a geração de emprego, renda e a circulação de recursos dentro da economia linharensense. Trata-se de medida estratégica que valoriza o comércio de bairro, reduz a evasão de recursos para outros municípios e contribui para o crescimento sustentável da economia local.

Além disso, o modelo proposto representa significativa redução de gastos indiretos para a Administração Pública. É amplamente conhecido que processos licitatórios tradicionais para aquisição centralizada de materiais escolares demandam elevados custos administrativos, logística complexa de armazenamento e distribuição, além de riscos recorrentes de atrasos no fornecimento. Com a adoção do cartão magnético ou tecnologia similar, o Município reduz despesas com licitações, contratos de fornecimento em grande escala, transporte, estocagem e controle físico de materiais, tornando o processo mais eficiente, ágil e econômico.

Importante destacar que o programa também reforça os princípios da transparência e do controle social, uma vez que a utilização dos recursos será limitada a itens previamente definidos pela Secretaria Municipal de Educação, com fiscalização, prestação de contas e publicação de relatórios anuais no Portal da Transparência. Tal mecanismo garante o uso correto dos recursos públicos e amplia a confiança da sociedade na gestão municipal.





Por fim, ressalta-se que se trata de Projeto de Lei Indicativo, respeitando integralmente a competência administrativa do Poder Executivo, cabendo a este avaliar a viabilidade orçamentária, financeira e operacional da medida, bem como regulamentar sua execução. A proposta, portanto, não cria obrigação imediata de despesa, mas apresenta uma solução moderna, eficiente e socialmente justa, alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

Diante de todo o exposto, entende-se que o “Programa Meu Cartão Uniforme e Material Escolar” representa uma política pública inovadora, capaz de unir educação de qualidade, fortalecimento do comércio local e melhor gestão dos recursos públicos, razão pela qual se espera o apoio dos nobres pares à presente indicação legislativa



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3300320039003900330032003A005000

Assinado eletronicamente por **JOHNATAN MARAVILHA (JOHNATAN DEPOLLO)** em **06/02/2026 07:21**

Checksum: **E597E3D2E123BEF7463A0A18BB124248F72A9D6A00EC8202ACD461B606917BA1**



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3300320039003900330032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.